

## LES 237 ESALQ/USP

### T7 – Críticas Ambientalistas à Revolução Verde

Anna Goes; Bárbara Garcia; Edmar Neto; Larissa Lucianetti; Lorena Fiorucci; Stefano Rota

Esse trabalho tem como base o artigo sobre as críticas ambientalistas à Revolução Verde, de Roberto José Moreira (2000). Nascido em Mirassol/SP, em 1943, filho de agricultor, este autor graduou-se em engenharia agrônoma, com especialização em economia rural. Tornou-se mestre em ciências sociais agrárias pela ESALQ/USP e doutor e PhD em economia. Atuou como professor-pesquisador permanente do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ de 1978 a 2016. Continua associado a este programa enquanto professor colaborador. Suas principais linhas de pesquisa são nas seguintes áreas: natureza, ciência e saberes; estudos de cultura e; mundo rural e agricultura brasileira.

O artigo em questão aborda a emergência da noção de desenvolvimento sustentável para em seguir propor uma análise sobre as críticas dirigidas à Revolução Verde. Assim, o autor destaca que, desde os anos 70, há uma crescente preocupação com temas ambientais. Em 1972, ocorre a Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre o ambiente humano, em Estocolmo. Esta conferência proporcionou forte embate entre os que defendiam o desenvolvimento a qualquer custo (negligenciando a preservação dos recursos naturais) e aqueles favoráveis ao desenvolvimento em harmonia com a conservação do meio ambiente. Esta última perspectiva se reflete na noção de “ecodesenvolvimento”, tal como concebido por Ignacy Sachs. Este autor integra questões econômicas, culturais e sociais para tratar do desenvolvimento, considerando notadamente a satisfação das necessidades básicas, a proteção social, a geração de emprego, o respeito outras culturas e a educação.

Após 10 anos da Conferência de Estocolmo, foi criada, em 1983 uma Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento para estudar o tema, promover audiências públicas em todo o mundo e produzir um documento formal dos resultados. A obra final deste processo é conhecida como “Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland, publicado em 1987. É com este documento que o conceito de desenvolvimento sustentável torna-se muito conhecido. Sua definição mais frequente é “[o desenvolvimento sustentável] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

O Relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões contemporâneos predominantes de produção e consumo. Assim, defende uma nova relação do ser humano com o meio ambiente. O DS aponta também para a importância de questões sociais para desenvolvimento sustentável. Então, “um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza”.

Embora o relatório Brundtland pareça justo, negligencia a identificação das causas pobreza, que é a distribuição do patrimônio e das riquezas produzidas nas sociedades capitalistas. Portanto, o texto não problematiza o jogo de forças, as divergências de interesses sociais em disputa e as formas de poder e dominação. Com efeito, diferentes interesses econômicos e sociais que se expressam na esfera sociopolítica representam diversas perspectivas à questão da sustentabilidade, gerando discordâncias.

As divergências no debate sobre o desenvolvimento sustentável permitem identificar duas perspectivas polarizadas: a primeira, mais presente nos países desenvolvidos, trata a sustentabilidade com ênfase na questão ambiental,

negligenciando aquelas sociais. A segunda associa estreitamente a questão ambiental com a equidade social. Esta visão é mais frequente em países de terceiro mundo.

Essas divergências revelam os diferentes significados atribuídos à sustentabilidade. Tendo como ponto de partida esta discussão, Roberto Moreira em seguir analisa as críticas contra a Revolução Verde. Esta expressão surgiu em 1960, para denominar os processos de inovações tecnológicas e científicas na agricultura, como exemplo o melhoramento de sementes e o uso intensivo de adubos sintéticos e agrotóxicos.

A ampliação da produção agrícola desde a década de 50, no pós Segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, a ONU e os EUA, promovem a disseminação da Revolução Verde, sob um discurso de combate a fome. Finalmente, esta última permitiu grande crescimento da produção, mas principalmente de *commodities*, em grandes monoculturas, favorecendo a integração da agricultura com o setor industrial.

No Brasil, o privilégio é a produção para a exportação em grandes monoculturas, com a multiplicação de problemas socioambientais. Desta forma, as promessas de acabar com a fome não se cumpriram: em muitos países a subnutrição persiste.

As críticas à Revolução Verde foram classificadas em três grupos pelo autor: técnicas, sociais e econômicas.

A crítica no aspecto técnico questiona a visão herdada do homem sobre a natureza. Esta visão que concebe os recursos naturais como abundantes e totalmente disponíveis para as necessidades humanas favorece a degradação crescente do meio natural, provocando poluição, desmatamento, perda de biodiversidade, comprometimento da qualidade de águas, contaminação dos solos e assoreamento dos rios. Nesse quadro, esta crítica demanda prudência ambiental, com a construção de alternativas como agriculturas orgânicas e ecológicas, visando minimizar os impactos ambientais. .

A crítica social contra a Revolução Verde integra aquela ao capitalismo e a suas lógicas concentradoras e excludentes. A modernização tecnológica da agricultura brasileira intensificou a desigualdade, ampliando injustiças sociais. Esta desigualdade representa exclusão das condições básicas de uma vida digna, como acesso à moradia, alimentação, educação e saúde.

O acesso à terra no Brasil é historicamente reservado a uma minoritária. A Revolução Verde acentuou o problema. As políticas modernizadoras se concentraram na grande agricultura. Portanto, tratou-se de uma modernização sem reforma agrária, o que levou a sua designação como conservadora. As famílias rurais abandonaram o campo expulsas, provocando intenso êxodo rural.

A crítica econômica está relacionada à crise do petróleo de 1970. Na medida em que a agricultura moderna é muito dependente do petróleo, seu encarecimento levou a um aumento considerável de custo de produção agrícola. Este problema gerou debates em torno das matrizes energéticas alternativas que, se favoreceram perspectivas agroecológicas, a agricultura familiar e a produção de alimentos orgânicos, por outro lado encorajou a produção em larga escala da cana-de-açúcar, apresentada como energia limpa. Porém, seus impactos socioambientais revelam consideráveis limites desta escolha. De fato, o governo nacional, na tentativa de diminuir a dependência do país ao petróleo importado e reduzir custos, lançou o programa Proálcool, visando substituir parte dos motores automotivos movidos a gasolina por aqueles a álcool. As oscilações do preço do barril de petróleo causam problemas importantes. Com efeito, esta opção energética “limpa” se mostra pouco eficaz, pois emprega muita energia para sua produção, além de causar diversos problemas sociais e ambientais. Nos últimos anos, novas formas limpas de energia emergem, como a eólica e fotovoltaica, passando a ser consideradas com maior atenção para o desenvolvimento da matriz energética nacional.

Neste quadro, muitos analistas consideram que a agricultura familiar constitui a chave de um modelo de desenvolvimento sustentável no espaço rural. No Brasil, a visão sobre os agricultores familiares está impregnada da ideologia de subsistência. Convém lembrar aqui a definição de John Thompson (1995) de “ideologia” como formas simbólicas usadas a serviço do poder e da dominação. A visão segundo a qual a agricultura familiar não teria capacidade além de uma produção de subsistência leva à restrição de incentivo para seu desenvolvimento, o que favorece a manutenção de relações muito desiguais no campo e a agricultura industrial em larga escala. Portanto, a ideologia segundo a qual a agricultura familiar seria incapaz de suprir as demandas alimentares da população favorece a permanência de relações de dominação no campo, rebaixando e estigmatizando os agricultores familiares como improdutivos para a economia nacional, minando seu protagonismo social e econômico. Pode-se observar que essa construção ideológica se funda em preceito falso. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, cerca da metade localizada na Região Nordeste. Estes dados mostram ainda que a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno, contribuindo com o controle da inflação dos preços dos alimentos. Muito significativo é o dado de que esta produção familiar ocupa apenas aproximadamente 30% das áreas agricultáveis, o que revela sua eficácia produtiva.

Como conclusão, a leitura das três vertentes críticas leva a pensar nos desafios para o alcance do desenvolvimento sustentável. A democratização de espaços de debate sobre as políticas públicas constitui uma medida pertinente para promover maior equidade social. Neste campo, o horizonte não é dos mais promissores, visto o desmonte de programas públicos importantes de apoio à agricultura familiar como os Programas Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER); de Aquisição de alimentos (PAA); Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

#### Referência bibliográfica

MOREIRA, Roberto José (2000). “Críticas ambientalistas à Revolução verde”. **Estudos sociedade e agricultura**, nº 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 39-52.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. Disponível em: <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=e&nrm=iso&tlng=pt](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=e&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 20 Abril. 2019

THOMPSON, John (1995), **Ideologia e cultura moderna**, Petrópolis: Editora Vozes.